

Estado e Município descumprem ordem judicial desde 2012

Hospitais públicos deveriam contratar cardiologistas pediátricos e adquirir equipamentos para tratamento de bebês cardiopatas

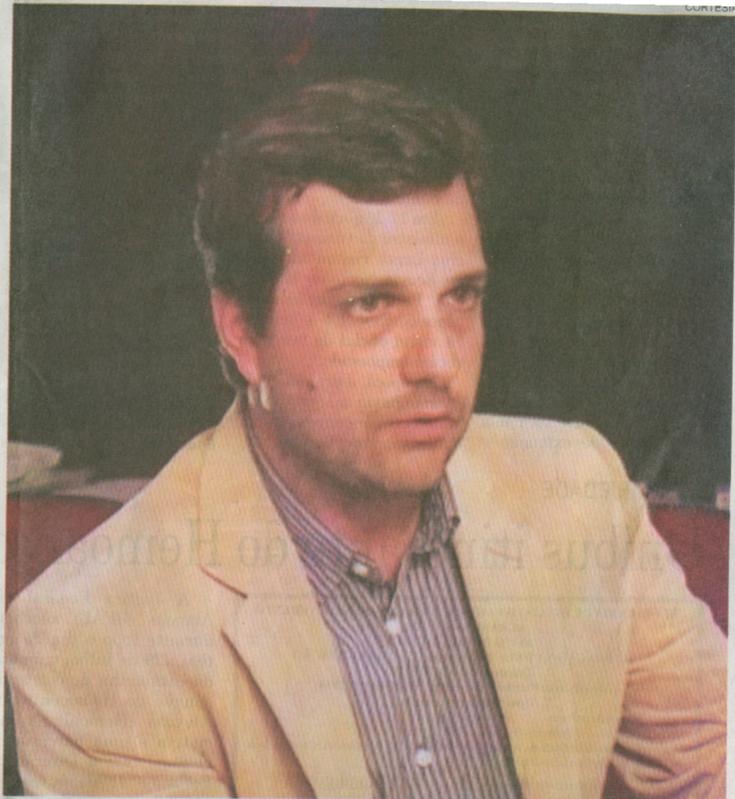
THAYANNE MAGALHÃES
REPÓRTER

A falta de tratamento para os recém-nascidos cardiopatas na rede pública de saúde em Alagoas descumpe decisão da Justiça sobre Ação Civil Pública de autoria do defensor público e coordenador do Núcleo de Direitos Humanos, Difusos e Coletivos da Defensoria Pública, Ricardo Melro. Ação foi acolhida pela Justiça, que determinou a contratação de cardiologistas pediátricos e aquisição de equipamentos

necessários para o tratamento de bebês cardiopatas nos hospitais públicos do estado.

“Desde fevereiro de 2012 que o Estado e o Município estão descumprindo a ordem. A partir do dia 17 daquele mês, foram dados 90 dias para que houvesse serviço de cardiopediatria em toda a rede pública de saúde e cinco dias para a transferência dos pacientes que já aguardavam tratamento, para local especializado fora do estado. A multa diária para o descumprimento é de cinco mil reais para o Estado e três mil reais para o Município”.

Ricardo Melro critica o judiciário Alagoano e cobra medidas mais enérgicas para que as ordens judiciais sejam cumpridas pelos governantes. “O judiciário é a autoridade maior, e quando perde essa autoridade, ele deixa de dar ordens para dar apenas conselhos. Estado e Município estão descumprindo uma ordem judicial e isso é desmoralizar a autoridade do juiz. Estão a rir da Justiça? Já encaminhei solicitações exigindo providências, mas, as crianças continuam morrendo por falta de atendimento”.



Defensor Ricardo Melro é autor da ação que obteve decisão em favor das crianças cardiopatas que dependem da rede pública



SANDRO LIMA

Enquanto não passar por cirurgia, Juliano continua na CTI do HU e se alimenta através de sonda

JULIANO

Autoridades divergem sobre responsabilidade pela transferência

Caso de bebê cardiopata já passou por vários órgãos

A pediatra de Juliano, Fabiana Bastos, esteve no MPE e foi orientada a procurar a Defensoria Pública. “O MP encaminhou Juliano para o único cardiologista pediátrico do Estado, o doutor Alfredo Rosa, e ele achou melhor encaminhar o bebê para o Tratamento Fora de Domicílio (TDF) já que em Alagoas não existe tratamento”.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Daniel Nunes, informou que já enviou o ofício exigindo explicações do MPE e da Secretaria de Estado da Defesa Social (Seds) sobre o caso. “O problema é que a OAB é um órgão bu-

rocrático. Eu já preparei o ofício e encaminhei para a nova sede do órgão para que seja protocolado e enviado às autoridades responsáveis pelo caso”, explicou.

CAUTELA

O cardiologista pediátrico, Alfredo Alcântara, explicou que deu seu parecer no dia 22 de maio de 2014, quando Juliano tinha 19 dias de nascido, e que hoje não pode dizer qual o estado de saúde do bebê. “O caso não era dos mais graves e se ele está internado com estado de saúde estável, isso é bom, porque está crescendo e tendo melhores condições para ser operado. É preciso esperar o melhor momento,

e isso quem determina é o médico. Existem condições que podem favorecer no tratamento e talvez ainda não tenha chegado a melhor hora para que o paciente passe pelo procedimento”, explicou o médico.

Enquanto o pequeno Juliano aguarda o Estado, o Município, a Justiça, ou seja qual for o órgão responsável por sua transferência para local especializado, onde seu tratamento possa ser realizado, o jornal Tribuna Independente continuará acompanhando e cobrando a transferência do recém-nascido para um hospital onde haja equipe médica que possa salvar sua vida. (T.M.)

JULHO DE 2013

Em julho de 2013, Estado e Município deviam juntos quase R\$ 2 milhões

‘Juliano dos Santos já deveria ter sido transferido’

Em 3 de julho de 2013, o defensor pediu o bloqueio das contas do Estado e do Município para que a determinação da Justiça fosse cumprida. “As multas na época já somavam um milhão e duzentos mil reais para o Estado e setecentos e vinte mil para o Município. Eu não entendo porque a Justiça não toma medidas mais enérgicas sobre esses descumprimento, que vem se arrastando desde 2012”,

questiona.

O defensor se disse indignado ao saber através da imprensa do caso de Juliano dos Santos, de apenas dois meses, que espera por uma cirurgia enquanto fica internado na Unidade de Cuidados Intermediários (UCI) do Hospital Universitário (HU), em Maceió. “Pela ordem judicial, que vem sendo descumprida desde 2012, Juliano já deveria ter sido transferido

para um hospital especializado fora do estado. Mas a Ação vai além, ela ultrapassa o interesse individual e atinge toda a sociedade, por isso que o serviço de cardiopediatria deve ser instalado em toda rede pública de Alagoas e, enquanto não ocorre, o Estado e o Município devem encaminhar os pacientes para outros locais onde possam tratar dos seus problemas de saúde”, explicou”. (T.M.)

NO HU

Criada corrente em rede social para que recém-nascido consiga cirurgia

Juliano sofre de Sopro Cardíaco e se alimenta por uma sonda. Enquanto Estado e Município não cumprem a determinação da Justiça, uma corrente foi criada em uma rede social para que o menino consiga a cirurgia e sobreviva ao problema de saúde. “Passo os dias no hospital, pedindo a Deus que salve meu filho”, desabafa a mãe do menino, Alessandra Maria dos Santos, de 26 anos, moradora da zona rural de União dos Palmares.

O caso foi encaminhado para a 28ª Vara da Infância e Juventude, depois de passar pelo Ministério Público do Estado (MPE) e Defensoria Pública. O juiz responsável, Ney Alcântara, ainda analisa o caso e disse que deve determinar o bloqueio da conta única do Estado caso seja constatada a urgência da cirurgia de Juliano. “Vou verificar a urgência no caso desse bebê e também vou analisar a Ação Civil Pública do defensor Ricardo Melro e tomar medidas para que as ordens



Juiz Ney Alcântara analisa o caso e pode determinar bloqueio da conta única do Estado

judiciais sejam cumpridas e os pacientes tenham o atendimento necessário na rede pública de saúde em Alagoas”.

Somente no ano passado, oito recém-nascidos com problemas no coração morreram por falta de tratamento adequado na rede pública de saúde em Alagoas.

“Nosso maior medo é que Juliano receba alta do hospital sem conseguir a cirurgia. Se já é difícil para a gente conseguir ajudar, indo atrás das autoridades, imagine para a mãe, que mora na zona rural e não tem nem um celular”, disse a pediatra Fabiana Bastos, que cuida de Juliano. (T.M.)